



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
Secretaria Municipal de Administração

PMSA OF Nº 082/2022

Sant'Ana do Livramento, 11 de fevereiro de 2022.

Senhor Presidente:

Apraz-nos cumprimentar Vossa Excelência e, na oportunidade, em atenção ao “Pedido de Informação nº 33/2022”, de autoria do Vereador Dagberto Reis, informar que, em busca a nossos registros, até o momento, não existe Decreto referente ao Cerro de Palomas, entretanto, foi constatada a existência da Lei Complementar nº 51/2011, que em seu art. 43A, reconhece o Cerro de Palomas como monumento natural, cópia em anexo.

Sendo o que tínhamos para o presente, aproveitamos a oportunidade para manifestar protestos de consideração e apreço.



ANA LUIZA MOURA TAROUCO
Prefeita Municipal

Exmo. Sr.

Ver. AQUILES RODRIGUES PIRES

M.D Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Sant'Ana do Livramento – RS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 51, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

“Altera os artigos 6,18, 32, 33, 35, 39, 42, 43, 51, 53, 67, 79, 80, 109, incisos V, VIII, X e XII do art.123, 124, 126, 128, 133, 134, 137, 150, 158 169 e 186 e os Anexos IV, V, VI, IX, X, e XII, Cria os artigos 42A, 42B, 42C,43A, alínea “f” e “g”, no inciso II do art.124, os incisos XV, XVI,XVII, XVIII e XIX do art.123; Suprime o inciso V e parágrafo único do art. 45, todos da Lei Complementar 45 de 10 de outubro de 2006 e dá outras providências.

WAINER VIANA MACHADO, PREFEITO MUNICIPAL DE SANT’ANA DO LIVRAMENTO.

FAÇO saber, em cumprimento ao disposto no art. 102, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º altera os artigos 6,18, 32, 33, 35, 39, 42, 43, 51, 53, 67, 79, 80, 109, incisos V, VIII, X e XII do art.123, 124, 126, 128, 133, 134, 137, 150, 158, 169 e 186, e os Anexos IV, V, VI, IX, X, e XII; fica criado os artigos 42A, 42B, 42C,43A, alínea “f” e “g”, no inciso II do art.124, os incisos XV, XVI,XVII, XVIII e XIX do art.123, e suprime o Inciso V e parágrafo único do art. 45, todos da Lei Complementar nº 45, de 10 de outubro de 2006, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.6º Este Plano Diretor Participativo parte da realidade do Município e tem como prazos gerais, conforme ANEXO I – Tabela de prazos:

- I. Suprimido.
- II. Março de 2012, para formação da Equipe Técnica de Regularização Fundiária e realização do projeto piloto, conforme parágrafo 1º e 2º do artigo 158.
- III. Julho de 2013, para a estruturação do Sistema Municipal de Informações, conforme artigo 166.
- IV. Dezembro de 2014, para a criação do Instituto do Patrimônio Cultural do Município, conforme inciso I do artigo 111.
- V. Julho de 2013, para a consolidação da Rede de Referência Cadastral do Município, conforme artigo 102.
- VI. Dezembro de 2014, apresentação de projeto para captação de recursos com vistas a recuperar e ampliar a Estação de Tratamento de Esgotos existentes no Imhoff, conforme inciso I do artigo 47.
- VII. Julho de 2013, para a incorporação dos princípios e diretrizes do Plano Diretor Participativo aos demais regramentos do Município, conforme parágrafo único do artigo 2º.
- VIII. Suprimido.
- IX. Julho de 2013, para a expedição de decreto regulamentador dos Setores, Quadras e Lotes dos Bairros das Zonas Urbanas I e II do Município, conforme artigo 14, parágrafo 1º desta lei.
- X. Julho de 2013, para expedição de decreto regulamentador das Quadras e Lotes das Vilas da Zona Urbana III do Município, conforme artigo 14, parágrafo 2º desta lei.

Art. 42 O objetivo da Estratégia de Qualificação Ambiental é prover a sustentabilidade do território municipal, através da valorização do Patrimônio Ambiental, promovendo suas potencialidades e garantindo sua perpetuação, e a superação dos conflitos referentes à poluição e degradação do meio ambiente e saneamento.

Art. 42A. O Patrimônio Ambiental abrange o Patrimônio Cultural e o Patrimônio Natural.

§ 1º Compreende o Patrimônio Cultural como o conjunto de bens imóveis de valor significativo, edificações isoladas ou não, ambiências, parques urbanos e naturais, praças, sítios e paisagens, assim como manifestações culturais - tradições, práticas e referências, denominados de bens intangíveis, que conferem identidade a estes espaços.

§ 2º Compreende como Patrimônio Natural os elementos naturais como o ar, água, solo e subsolo, fauna, flora, assim como as amostras significativas dos ecossistemas originais indispensáveis à manutenção da biodiversidade ou à proteção das espécies ameaçadas de extinção, as manifestações fisionômicas que representam marcos referenciais da paisagem e que sejam de interesse proteger, preservar e conservar a fim de assegurar novas condições de equilíbrio urbano, essenciais à sadia qualidade de vida.

Art. 42B. Cabe ao Plano Diretor estabelecer as diretrizes que deverão ser seguidas pelo Poder Público na elaboração e execução do Plano Municipal de Arborização de Santana do Livramento, conforme ANEXO X.

Parágrafo único - Para fins de elaboração e execução do Plano Municipal de Arborização, entendem-se como áreas públicas todas as vias, parques, praças, áreas verdes institucionais, bem como os jardins de órgãos públicos.

Art. 42C O Poder Público, através do órgão ambiental municipal, é o responsável pela execução das ações de planejamento, monitoramento e adequações no paisagismo, de conservação da vegetação e de promoção da convivência harmoniosa da população com a arborização das áreas públicas de Santana do Livramento.

Art. 43 Constituem diretrizes contidas da Estratégia de Qualificação Ambiental do Município:

(...)

VI - Elaborar e implementar o Plano Municipal de Educação Ambiental com a finalidade de sanar os conflitos ambientais existentes no Município, reduzindo impactos ambientais e socioeconômicos e incentivando a adoção de hábitos, costumes, posturas, práticas sociais e econômicas que visem à proteção e restauração do meio ambiente.

Art. 43A Pela importância geológica, hidrológica e beleza cênica fica reconhecido o Cerro Palomas como um monumento natural, e estabelecida uma área de entorno com raio de 500 metros em projeção plana a partir da linha de ruptura do terreno no topo, onde as atividades ficam sujeitas ao licenciamento ambiental.

§ 1º A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais no Cerro Palomas e em seu entorno dependerão de licenciamento do órgão ambiental e respectiva anuência do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

§ 2º No Cerro Palomas e área de entorno ficam proibidas as atividades de mineração, silvicultura e a construção e operação de torres de transmissão com altura superior aos 12 metros.

§ 3º As atuais torres de transmissão deverão adequar-se ao limite de altura para a renovação da atual licença de operação.

XV. VETADO

Art. 45